

PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.

Conciliação da movimentação de empréstimos e instrumentos financeiros com fluxos de caixa:

	Passivos		Total
	Empréstimos e financiamentos	Instrumentos financeiros	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	753.069	25.293	778.362
Variáveis dos empréstimos e financiamentos			
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	428.648	-	428.648
Pagamento de principal	(463.153)	-	(463.153)
Juros pagos	(100.885)	5.045	(95.840)
Total das variações dos empréstimos e financiamentos	(140.390)	5.045	(135.345)
Outras variações	3.879	-	3.879
Despesas com juros	144.291	(44.640)	99.651
Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge	-	(1.129)	(1.129)
Total das outras variações relacionadas com passivos	148.170	(45.589)	102.581
Saldo em 31 de dezembro de 2024	760.849	(15.251)	745.598

	Passivos		Total
	Empréstimos e financiamentos	Instrumentos financeiros	
Saldo em 1º de janeiro de 2023	634.760	16.203	650.963
Variáveis dos empréstimos e financiamentos			
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	1.082.137	-	1.082.137
Pagamento de principal	(956.398)	-	(956.398)
Juros pagos	(66.173)	(48.415)	(114.588)
Total das variações dos empréstimos e financiamentos	59.566	(48.415)	11.151
Outras variações	4.706	-	4.706
Despesas com juros	54.037	64.022	118.059
Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge	-	61.379	61.379
Total das outras variações relacionadas com passivos	58.743	57.505	116.248
Saldo em 31 de dezembro de 2023	753.069	25.293	778.362

	Passivos		Total
	Empréstimos e financiamentos	Instrumentos financeiros	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	779.904	25.293	805.197
Variáveis dos empréstimos e financiamentos			
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	468.873	-	468.873
Pagamento de empréstimos	(491.404)	-	(491.404)
Juros pagos	(109.760)	5.329	(104.431)
Total das variações dos empréstimos e financiamentos	(132.291)	5.329	(126.962)
Outras variações	3.973	-	3.973
Despesas com juros	148.133	(44.700)	103.433
Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge	-	(1.129)	(1.129)
Total das outras variações relacionadas com passivos	152.106	(45.829)	106.277
Saldo em 31 de dezembro de 2024	799.717	(15.207)	784.512

	Passivos		Total
	Empréstimos e financiamentos	Instrumentos financeiros	
Saldo em 1º de janeiro de 2023	663.663	16.203	679.866
Variáveis dos empréstimos e financiamentos			
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	1.082.137	-	1.082.137
Pagamento de empréstimos	(958.540)	-	(958.540)
Juros pagos	(70.403)	(48.415)	(118.818)
Total das variações dos empréstimos e financiamentos	53.194	(48.415)	4.779
Outras variações	4.708	-	4.708
Despesas com juros	58.339	64.022	122.361
Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge	-	(6.517)	(6.517)
Total das outras variações relacionadas com passivos	63.047	57.505	120.552
Saldo em 31 de dezembro de 2023	779.904	25.293	805.197

18. ATIVO DE DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO A PAGAR

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	88.878	297.685
Novos contratos/reversurações	28.075	104.264
Rescisões contratuais	(5.283)	(11.802)
Depreciação	(25.108)	(98.509)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	86.562	281.638
Novos contratos/reversurações	26.861	99.020
Rescisões contratuais	(2.282)	(11.574)
Depreciação	(29.057)	(110.381)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	82.084	368.703

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	106.882	360.528
Novos contratos/reversurações	(28.075)	(104.264)
Rescisões contratuais	4.900	18.266
Depreciação	37.667	125.723
Depreciação de encargos financeiros	(14.074)	(38.642)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	106.644	363.794
Novos contratos/reversurações	(26.861)	(99.020)
Rescisões contratuais	14.074	38.642
Depreciação	41.503	142.896
Depreciação de encargos financeiros	(13.767)	(45.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	97.881	(446.993)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	11.239	118.234
Novos contratos/reversurações	39.379	134.755
Rescisões contratuais	(22.586)	(101.157)
Depreciação	11.902	77.547
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.626	229.383
Novos contratos/reversurações	122.628	517.511
Rescisões contratuais	(97.881)	(446.993)
Depreciação	65.483	326.321
Saldo em 31 de dezembro de 2024	101.376	400.726

(*) Conforme requerido pelo CPC 06 (R2), 558 e CPC 40, 539, letra "a" e 981.11d, a Companhia apresenta no quadro acima a análise de maturação das suas contas, conciliadas com as contas de arrendamento a pagar de curto e longo prazo. Em 31 de dezembro de 2024 considerando a taxa utilizada foi de 14,53%, resultante da multiplicação do CDI (118,60%) pela Taxa Selic (12,25%). A conversão para a taxa mensal foi realizada utilizando a fórmula de capitalização composta aplicando a taxa anual de 14,53%, obtemos uma taxa mensal equivalente de 1,134%, refletindo a proporcionalidade da taxa de crescimento ao longo de 12 meses. (**) O passivo de arrendamento contempla o reconhecimento da provisão para encerramento de loja em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$42.267 (R\$40.164 em 31 de dezembro de 2023), cuja análise considera o resultado líquido da loja e expectativa de recuperação dos investimentos. As lojas que não apresentaram resultados suficientes para recuperação do investimento estão sujeitas ao reconhecimento de uma provisão para encerramento de suas operações.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	25.108	98.509
Depreciação de direito de uso	14.074	38.642
Impairment/AVP (*)	2.906	2.906
Saldo em 31 de dezembro de 2023	42.088	140.057
Depreciação de direito de uso	29.057	110.381
Impairment/AVP (*)	13.767	45.309
Saldo em 31 de dezembro de 2024	85.912	201.751

(*) AVP atrelado a passivo de custo de desmontagem. **Commissões:** O Grupo possui contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados em 31 de dezembro de 2024. Os pagamentos futuros consolidados não canceláveis, serão de R\$564 mensais até o término do contrato, com início de vigência mediante a conclusão e entrega das chaves.

19. IMPOSTOS E TAXAS

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	98.258	82.557
IR e IRRLL	-	1.468
PIS e COFINS	-	228
Parcelamento - REFIN	-	44
Parcelamento - ICMS (a)	3.852	5.430
IRRR sobre JCP	4.120	3.991
Outros	4.177	3.553
Saldo em 31 de dezembro de 2023	110.637	128.546

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	10.413	2.362
Parcelamento - ICMS (a)	-	10.572
Parcelamento - REFIN	-	2.691
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.413	15.625

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	16.352	37.553
Tributárias	675	94
Cíveis	12.364	11.538
Trabalhistas	29.391	37.839
Saldo em 31 de dezembro de 2023	57.111	86.924

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	37.553	60.284
Tributárias	5.228	703
Cíveis	26.266	715
Trabalhistas	5.059	116
Saldo em 31 de dezembro de 2024	48.806	828

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	37.553	60.284
Tributárias	23.288	483
Cíveis	(21.424)	(114)
Trabalhistas	4.777	(278)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.352	37.553

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	37.553	60.284
Tributárias	4.074	3.811
Cíveis	411	209
Trabalhistas	37.083	35.454
Saldo em 31 de dezembro de 2024	42.569	43.485

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
 a) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos: As movimentações nos ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social, registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis, são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	5.242	(876)
Provisões para contingências	45.900	61.900
Provisão para contingências	6.406	(1.205)
Provisão para despesas recebíveis	637	(2.201)
Provisão desconto financeiro/rebate	10.968	(48)
Outros (**)	7.947	1.737
Saldo em 31 de dezembro de 2023	77.100	72.619

Detalhamento de não circulante
 Ativo: 77.100
 Passivo: 77.100
 Ativos/Passivos diferidos: 77.100

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	15.493	2.658
Provisões para contingências	212.857	2.411
Provisão para contingências	27.670	2.282
Provisão para despesas recebíveis	654	(2.464)
Provisão desconto financeiro/rebate	10.971	(65)
Outros (**)	114.212	791
Saldo em 31 de dezembro de 2023	279.257	6.885

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	15.493	2.658
Provisões para contingências	212.857	2.411
Provisão para contingências	27.670	2.282
Provisão para despesas recebíveis	654	(2.464)
Provisão desconto financeiro/rebate	10.971	(65)
Outros (**)	114.212	791
Saldo em 31 de dezembro de 2024	279.257	6.885

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 a) Capital social: O capital social integralizado é de R\$918.663 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.043.663 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 123.812.773 ações ordinárias (123.812.773 em 31 de dezembro de 2023), nominativas, escriturais e em valor nominal de R\$7,45. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2024, aprovou a emissão de 81.456 ações ordinárias, presentes aporistas, sem ressalsas, a redução de capital social da Companhia no valor de R\$125.000, por juros-longo exarcessivo, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, sem cancelamento de ações, mediante destinação do valor à reserva de capital e, portanto, sem distribuição de caixa aos acionistas. Embora a redução do capital não implique restituição de valores aos acionistas, a Companhia, por liberalidade, concedeu aos credores quirografários o direito de oposição, conforme o artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, em um prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da ata da Assembleia. Não houve manifestação de oposição por parte dos credores. O estatuto social da Companhia, em deliberações anteriores realizadas em assembleia, autorizou o Conselho de Administração aprovar aumentos de capital social até o limite de R\$1.500.000. Ações em tesouraria: A quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era de 1.202 ações, com valor nominal de R\$8.867,45 e R\$8.867,45, respectivamente. Reserva de incentivos fiscais: A Companhia possui reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$5.519 (R\$5.590 em 31 de dezembro de 2023), com movimentação em doze meses, decorrente de aquisição de ações no mercado da Rede D1000, no período de janeiro a dezembro de 2024, com aumento de participação de 66,62% para 68,47%. b) Reserva de lucro: Reserva Legal: Constituída Reserva Legal à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$5.729 (R\$5.522 em 31 de dezembro de 2023), de acordo com o artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, com limite de até 20% do capital social. Reserva de incentivos fiscais: A Companhia possui reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$165.979, em função de regimes fiscais estaduais reconhecidos e excluídos da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro de acordo e a complementar 16 de agosto de 2017, referente a destinação do lucro de exercícios anteriores. Reserva de investimentos: A Companhia constituiu uma reserva de investimentos conforme art. 36, parágrafo 3º, alínea f do Estatuto Social. Distribuição de lucros: O objetivo de financiar futuros projetos e proteger seu patrimônio, garantindo a disponibilidade de recursos quando necessário. Em 31 de dezembro de 2024, foi registrada a constituição da reserva no montante de R\$38.350. c) Dividendos: O Estatuto social determina um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei 6.404/76. A Companhia poderá, mediante aprovação do Conselho de Administração nos termos do artigo 38 do Estatuto Social, distribuir lucros sobre capital próprio imputados aos dividendos mínimos obrigatórios em 29 de outubro de 2024, foi deliberado pelo Conselho de Administração a destinação de R\$70.500 a título de dividendos, dos quais R\$25.460 foram pagos entre novembro e dezembro de 2024, permanecendo o total de R\$45.040 líquidos dos tributos retidos na fonte. d) Outros resultados abrangentes: A variação do valor justo de instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida sob a rubrica de outros resultados abrangentes e reclassificados no resultado no mesmo momento que for avaliada qualquer ineletividade do hedge. Classificação instrumento de hedge:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	88.878	297.685
Novos contratos/reversurações	28.075	104.264
Rescisões contratuais	(5.283)	(11.802)
Depreciação	(25.108)	(98.509)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	86.562	281.638
Novos contratos/reversurações	26.861	99.020
Rescisões contratuais	(2.282)	(11.574)
Depreciação	(29.057)	(110.381)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	82.084	368.703

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	106.882	360.528
Novos contratos/reversurações	(28.075)	(104.264)
Rescisões contratuais	4.900	18.266
Depreciação	37.667	125.723
Depreciação de encargos financeiros	(14.074)	(38.642)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	106.644	363.794
Novos contratos/reversurações	(26.861)	(99.020)
Rescisões contratuais	14.074	38.642
Depreciação	41.503	142.896
Depreciação de encargos financeiros	(13.767)	(45.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	97.881	(446.993)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	11.239	118.234
Novos contratos/reversurações	39.379	134.755
Rescisões contratuais	(22.586)	(101.157)
Depreciação	11.902	77.547
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.626	229.383
Novos contratos/reversurações	122.628	517.511
Rescisões contratuais	(97.881)	(446.993)
Depreciação	65.483	326.321
Saldo em 31 de dezembro de 2024	101.376	400.726

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	25.108	98.509
Depreciação de direito de uso	14.074	38.642
Impairment/AVP (*)	2.906	2.906
Saldo em 31 de dezembro de 2023	42.088	140.057
Depreciação de direito de uso	29.057	110.381
Impairment		

PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.

Saldos em 31/12/2023				
	Distribuição Farma	Varejo Farmacêutico	Operações Intercompany	Total Consolidado
Clientes	1.282.443	160.449	(252.762)	1.187.130
Impostos a recuperar	489.909	168.369	-	658.278
Estoque	1.335.303	189.125	3.192	1.527.620
Fornecedores	1.849.251	273.027	(252.431)	1.869.847
Impostos a recolher	96.352	50.915	-	147.267

Os demais ativos e passivos, não demonstrados no quadro acima, são geridos de forma conjunta pela administração do Grupo, entre outros, empréstimos e financiamentos e respectivos custos.

28. DESPESAS OPERACIONAIS

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Natureza das despesas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com funcionários, serviços de terceiros e publicidade	(485.817)	(417.516)	(920.282)	(774.746)
Despesas da estrutura	(53.627)	(52.262)	(121.326)	(109.597)
Depreciação e amortização	(51.753)	(43.742)	(169.521)	(148.520)
Outras	(8.135)	(7.056)	(12.057)	2.016
Participação nos lucros de coligadas e controladas	(1.535)	10.739	35	11
Total	(600.867)	(509.837)	(1.223.151)	(1.030.836)

Classificado na demonstração do resultado como:

Função das despesas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas gerais e administrativas	(218.406)	(172.920)	(302.884)	(242.835)
Despesas com vendas	(385.725)	(353.235)	(922.095)	(803.516)
Outras receitas (despesas) operacionais	4.799	5.579	1.793	15.504
Participação nos lucros de coligadas e controladas	(1.535)	10.739	35	11
Total	(600.867)	(509.837)	(1.223.151)	(1.030.836)

29. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros estava distribuída da seguinte forma:

Itens cobertos	Tipo de cobertura	Limite máximo de indenização
Instalações, equipamentos e estoques	Incêndio/Raio/Explosão	2.857.690
Lucros cessantes (despesas fixas, perda de lucro líquido)	Lucros Cessantes	1.309.537
Total		4.167.227

30. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

O Grupo possui fianças nos Bancos Safra, Itaú e Bradesco no montante de R\$238.538 em 31 de dezembro de 2024 (R\$21.850 em 31 de dezembro de 2023) relacionadas às suas operações junto aos seus fornecedores e ações judiciais, cuja taxa média anual de contratação é de 1,9% do total das referidas operações e são renovados anualmente.

31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024, as principais transações que não envolveram caixa do Grupo foram:

- (i) Aumento de capital na empresa Localfarma no montante de R\$42.532 e R\$9.336, através de direitos creditórios que a Profarma detinha perante a sociedade HB Distribuidora de Perfumaria;
- (ii) reconhecimento de passivo de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo, cujas adições de novos contratos e renovações no montante de R\$26.861 (R\$28.075 em 31 de dezembro de 2023) na controladora e contratos no montante de R\$199.020 (R\$104.263 em 31 de dezembro de 2023) no consolidado e rescisões contratuais no montante de R\$7.708 (R\$4.900 em 31 de dezembro de 2023) na controladora e R\$18.234 (R\$13.866 em 31 de dezembro de 2023) no consolidado.

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para os assuntos abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou os assuntos, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita:** Conforme mencionado nas Notas 1, 4.2b e 24, as receitas do Grupo são derivadas da venda de mercadorias, reconhecidas em momento específico do tempo. As vendas são pulverizadas, descentralizadas e ocorrem em grande volume requerendo controles internos e processos que garantam a integridade das operações e o reconhecimento da receita somente quando se dá a transferência de controle das mercadorias. Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo o volume e a segurança de captura de todas as vendas dentro do período de competência, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) entendimento dos processos e controles internos da Companhia para mensuração e realização das vendas; (ii) confirmação externa para uma amostra da base que compõe o saldo de contas a receber mediante o envio de cartas de confirmação; (iii) verificação, por amostragem, das documentações suporte das vendas realizadas no exercício; (iv) por meio de uma amostragem analisamos o relatório de prazo médio de entrega das mercadorias, junto com os respectivos comprovantes de entregas; (v) teste de corte de competência das receitas, com base em amostra de transações e análise das devoluções realizadas em período subsequente; (vi) análise mensal das receitas utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e do setor de distribuição e varejo; e (vii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Recuperabilidade de ativos não-financeiros ("impairment"):** Conforme mencionado nas Notas 4.2.j, 15 e 21.a, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ativos não-financeiros significativos, representados principalmente pelo ativo intangível, que inclui os ágios por rentabilidade futura gerados em combinações de negócios, e créditos fiscais diferidos. Tais ativos são revisados anualmente com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo que ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio, devem ser submetidos a testes de recuperabilidade ("*impairment*") anualmente, independente de indicativos de deterioração. A avaliação quanto à recuperabilidade desses ativos, incluindo a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), tem alto grau de subjetividade, assim como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e cenários econômicos incertos. Devido à relevância dos saldos, o nível de incerteza e alto grau de julgamento inerentes à determinação dos valores recuperáveis correspondentes, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a avaliação dos critérios de definição e identificação das UGCs; (ii) o envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela diretoria para recuperabilidade destes ativos; (iii) avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; (iv) avaliação da metodologia de cálculo e análise de sensibilidade das premissas; e (v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ativos não-financeiros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Diretor Presidente Sammy Birmarcker
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores Maximiliano Guimarães Fischer
Diretor Vice-Presidente de Operações Adriano da Costa Prado
Diretor Vice-Presidente Corporativo David da Silva Castro

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sammy Birmarcker
Manoel Birmarcker
Armando Sereno
Carlos Gros
Marcel Sapir
Rafael Teixeira
Cristina Procópio
Ana Marta Horta
Fernando Pina

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Gilberto Braga
Elias de Matos Brito
Fabian Bianca de Senço

MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA

Carlos Randolpho Gros - coordenador
Lucia Maria Martins Casasanta - membro
Marcel Sapir - membro

CONTADOR

Claudio Vieira de Carvalho - CRC RJ-086184/O-4
--

DECLARAÇÃO

Os diretores da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. e de suas controladas, abaixo assinados, deram que, em reunião nesta data, revisaram e discutiram as Demonstrações Financeiras da Companhia (Controladora e Consolidado), tendo aprovado os referidos documentos e deliberado encaminhar ao conselho de administração proposta de sua aprovação por aquele órgão.

Sammy Birmarcker Diretor-Presidente	Maximiliano Guimarães Fischer Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores	Fabio de Sa Porfírio Diretor Financeiro
--	--	--

DECLARAÇÃO

Os diretores da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. e de suas controladas, abaixo assinados, deram que, em reunião nesta data, revisaram e discutiram o relatório dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento e deliberado encaminhar ao conselho de administração proposta de sua aprovação por aquele órgão.

Sammy Birmarcker Diretor-Presidente	Maximiliano Guimarães Fischer Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores	Fabio de Sa Porfírio Diretor Financeiro
--	--	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP015199/F
Marcelo Felipe L. de Sá
Sócio - Contador CRC RJ-094644/O

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 28/03/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/28/PROFARMA1581603128032025.pdf>
Hash: 174309804026a8551ca2ee480a8d75b4e70553167e

